



Comunicado de Imprensa nº 17/21
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de janeiro de 2017

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2016 a Angola ao abrigo do Artigo IV

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 23 de janeiro de 2017, a consulta a Angola ao abrigo do Artigo IV.¹

O choque do preço do petróleo que se iniciou em meados de 2014 reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações. Estimou-se que o crescimento tenha estagnado em 2016 com a contração do setor não petrolífero em ½%, pressionado pelos setores industrial, da construção e dos serviços; a produção industrial, apesar do potencial de substituição das importações, foi limitada pela escassez de insumos importados devido à disponibilidade limitada de divisas. Previu-se que inflação anual chegasse aos 45% no final do 2016 – a maior taxa em mais de uma década – refletindo preços internos mais elevados dos combustíveis, um kwana mais fraco e os efeitos desfasados das condições monetárias mais brandas até ao primeiro semestre de 2016. O saldo primário não petrolífero em 2015-16 mostrou uma melhoria de 18% do PIB principalmente através da racionalização da despesa. Projeta-se que o défice da conta corrente, que alcançou um máximo de 10% do PIB em 2015, diminua para metade em 2016-17, à medida que as importações continuem a ajustar-se à disponibilidade limitada de divisas. As reservas internacionais estão a diminuir mas permanecem relativamente confortáveis. Entretanto, continua a existir um grande diferencial entre as taxas de câmbio dos mercados paralelo e primário, o que indica um desequilíbrio significativo no mercado cambial.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores observaram que o choque do preço do petróleo que se iniciou em 2014 reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações, enquanto o crescimento

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

estancou e a inflação acelerou. Os Administradores enalteceram as autoridades por tomarem medidas para mitigar o impacto do choque, mas instaram a medidas adicionais para estabilizar as condições macroeconómicas, abordar de forma mais contundente a dependência do petróleo e diversificar a economia.

Os Administradores louvaram a consolidação significativa realizada até à data no saldo primário não petrolífero, mas realçaram que, no futuro, será necessário um ajustamento orçamental continuado para colocar a dívida pública numa trajetória descendente clara e, em simultâneo, apoiar o crescimento económico no médio prazo. Os Administradores instaram a esforços concertados para conter o crescimento da massa salarial, melhorar a qualidade do investimento público, continuar a racionalizar os subsídios expandindo, em simultâneo, a assistência social bem orientada para os pobres, e reforçar as receitas não petrolíferas, incluindo através da implementação de um IVA em devido tempo. Salientaram igualmente a necessidade de regularizar os atrasados de pagamentos internos e acolheram positivamente os planos para reestruturar as empresas públicas. Os Administradores observaram que a adoção de um quadro fiscal de médio prazo ajudaria a reduzir a pró-ciclicidade da despesa pública e a melhorar a planificação dos investimentos.

Os Administradores sublinharam que as políticas monetária e cambial devem desempenhar um papel central no reequilíbrio do mercado cambial. Acolheram com agrado as medidas recentes tomadas pelo banco central para apertar as condições de liquidez, mas consideraram necessário um reforço do quadro de política monetária para melhor ancorar as expectativas de inflação e facilitar a transição para uma maior flexibilidade cambial. Salientaram que uma taxa de câmbio mais flexível, associada a políticas monetária e orçamental mais favoráveis, será essencial para abordar os desequilíbrios do mercado cambial e conter a inflação. Os Administradores instaram a eliminação gradual das restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas.

Os Administradores destacaram a necessidade de preservar a saúde do setor bancário e apoiam os esforços das autoridades para reforçar os quadros de supervisão bancária e de resolução. Recomendaram a realização de avaliações rigorosas da qualidade dos ativos, e enalteceram as ações das autoridades para assegurar que os bancos mais fracos sejam recapitalizados. Referiram que o plano de reestruturação e recapitalização do banco público de importância sistémica, o BPC, é um passo importante.

Os Administradores salientaram a necessidade de abordar os efeitos da perda de relações de correspondência bancária em dólares americanos. Consideraram positivo o diálogo de alto nível que as autoridades estabeleceram com as autoridades nacionais dos bancos correspondentes globais para melhor compreender as expectativas regulamentares associadas a tais relações. Simultaneamente, os Administradores observaram que o banco central deve intensificar a compilação e a análise de dados; desenvolver planos de contingência para mitigar os riscos decorrentes da perda de relações de correspondência bancária e abordar as suas causas; e reforçar ainda mais os quadros prudencial e de CBC/FT.

Os Administradores louvaram a agenda de reforma das autoridades para abordar as limitações à diversificação económica, nomeadamente através do desenvolvimento das infraestruturas e do capital humano. Realçaram que estas medidas devem ser complementadas por melhorias ao ambiente de negócios e pelo reforço da governação, incluindo esforços para enfrentar os riscos relacionados à corrupção, para fomentar o investimento privado e o crescimento inclusivo.

Os Administradores incentivaram as autoridades a abordarem as lacunas remanescentes na produção de dados económicos.

Angola: Principais Indicadores Económicos, 2010-17 (Cenário de Base)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Proj.	Prel.	
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)								
Produto interno bruto real	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0	1,3
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3
Produto interno bruto nominal	26,6	29,0	12,6	9,5	3,4	-1,1	27,7	27,6
Setor petrolífero	27,6	36,7	8,4	-2,9	-10,7	-33,2	11,7	16,9
Setor não petrolífero	25,7	22,8	16,4	19,9	12,9	16,1	32,6	30,4
Deflator do PIB	22,4	24,2	7,1	2,5	-1,4	-4,0	27,7	25,9
Deflator do PIB não petrolífero	16,8	12,2	10,3	8,2	4,4	14,3	33,1	28,8
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	33,0	29,2
Preços no consumidor (fim do período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	45,0	20,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.580	9.780	11.011	12.056	12.462	12.321	15.729	20.072
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.396	4.641	5.030	4.882	4.360	2.914	3.254	3.805
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.982	7.175	8.102	9.408	12.475	16.267
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	115,3	124,9	126,8	103,0	96,2	121,0
Produto interno bruto per capita (USD)	3.599	4.412	4.745	4.989	4.916	3.876	3.514	4.294
Governo central (percentagem do PIB)								
Total da receita	43,5	48,8	45,9	40,2	35,3	27,3	19,5	18,9
D/q: Petrolífera	33,0	39,0	37,3	30,1	23,8	15,4	9,5	8,7
D/q: Recreitas fiscais não petrolíferas	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	8,0	8,2
Total da despesa	40,0	40,2	41,3	40,5	41,9	30,6	23,6	25,6
Despesas correntes	28,6	30,0	29,0	28,5	29,4	24,7	19,1	20,7
Despesa de capital	11,4	10,2	12,3	12,0	12,5	6,0	4,5	5,0
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5
Saldo orçamental prim. não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)								
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12,0	15,0
Percentagem do PIB	35,3	37,6	35,0	36,5	41,0	46,4	40,6	36,6
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2,0	2,2
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	12,4	19,1
Balança de pagamentos								
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	26,1
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	60,4	53,6	45,5	31,0	27,3	25,0
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,6	21,1	22,5	20,1	14,6	14,5
Termos de troca (variação percentual)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,1
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	22.448	19.433
Reservas internacionais brutas (meses de import. do ano seguinte)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11,0	8,1	6,8
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	24.266	20.416	17.416
Taxa de câmbio								
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3
Dívida (percentagem do PIB)								
Total da dívida (bruta) do setor público ¹	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6	62,8
D/q: Sonangol	9,1	9,5	7,8	10,9	12,5	14,2	18,9	13,7
Petróleo								
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.780	1.789	1.821
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	30,2
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril) ²	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	42,7	49,4
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril) ²	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	41,6	47,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da empresa petrolífera pública, Sonangol, que não é diretamente garantida pelo governo.

² Projeções de 3 de novembro de 2016.